Situação	Finalizada
Iniciado	quarta-feira, 24 jun. 2026, 13:11
Concluído	quarta-feira, 24 jun. 2026, 13:17
Duração	5 minutos 53 segundos
Nota	**10,00** de um máximo de 10,00(**100**%)

Questão 1

Correto

Atingiu 2,00 de 2,00

O Estatuto da Advocacia e da OAB prevê rol de infrações passíveis de cometimento pelos inscritos, estabelecendo ainda as sanções que podem ser aplicadas.

Considerando as infrações, marque a afirmativa correta.

a. A quebra do sigilo profissional não admite a justa causa.

b. O advogado pode assumir autoria de atos que não realizou.

c. Oferecer, como uma mercadoria, os serviços a um cliente potencial não caracteriza captação de causas.

d. O advogado pode se recusar a justificar contas.

e. É punida a conduta do advogado que recebe de clientes importâncias para aplicação em objetivos ilícitos e desonestos.

Sua resposta está correta.

Oferecer, como mercadoria, serviços a um cliente potencial caracteriza a infração de captação de causas. O advogado não pode assumir a autoria dos atos que não realizou, sob pena de cometer infração de autoria falsa. A conduta do advogado que recebe dos clientes quantia para aplicação em objetivos ilícitos e desonestos configura infração prevista no estatuto, punida com suspensão. O advogado não pode se recusar a prestar contas, sob pena de incidir na infração de recusa injustificada de prestação de contas. Por fim, sabe-se que a quebra do sigilo profissional admite justa causa, como nos casos em que o próprio cliente autoriza ou tem por fito proteger interesse relevante.

A resposta correta é: É punida a conduta do advogado que recebe de clientes importâncias para aplicação em objetivos ilícitos e desonestos.

Questão 2

Correto

Atingiu 2,00 de 2,00

O Estatuto da Advocacia prevê as penas de censura, suspensão e exclusão, além da pena acessória de multa.

Sobre as sanções referidas e as infrações previstas no mesmo diploma legal, é correto afirmar que:

a. o extravio ou retenção abusiva de autos é punido com censura.

b. a falsidade dos requisitos de inscrição é punida com suspensão.

c. o abandono da causa é punido com suspensão.

d. a quebra do sigilo profissional é punida com censura. ✓

e. a recusa de assistência jurídica é punida com suspensão.

Sua resposta está correta.

O abandono da causa, a recusa de assistência jurídica e a quebra do sigilo profissional são infrações punidas com censura. O extravio ou retenção abusiva de autos é punido com suspensão. Por fim, a falsidade dos requisitos de inscrição é punida com exclusão.

A resposta correta é: a quebra do sigilo profissional é punida com censura.

Questão 3

Correto

Atingiu 2,00 de 2,00

O processo disciplinar em face do inscrito tem início com a representação de qualquer interessado.

Sobre o procedimento disciplinar, assinale a afirmativa correta.

a. O advogado pode apresentar sustentação oral na fase de julgamento. ✓

b. O advogado tem 30 minutos para apresentar sua sustentação oral.

c. Não há possibilidade de suspensão preventiva do inscrito.

d. Não vai haver nomeação de dativo.

e. O advogado é notificado para apresentação de defesa prévia no prazo de 10 dias.

Sua resposta está correta.

Iniciado o processo disciplinar, o advogado deve ser notificado para apresentação de defesa prévia no prazo de 15 dias, podendo fazer sustentação oral de até 15 minutos na fase de julgamento. Além disso, pode ser determinada a suspensão preventiva do inscrito em casos de maior gravidade. Por fim, se o advogado notificado não apresentar defesa ou se não for encontrado, um defensor dativo deve ser nomeado para representá-lo nos autos.

A resposta correta é: O advogado pode apresentar sustentação oral na fase de julgamento.

Questão 4

Correto

Atingiu 2,00 de 2,00

Embora seja um procedimento administrativo, o processo ético-disciplinar previsto para os advogados abriga uma pretensão punitiva.

Como ocorre em quase todo processo, é cabível recurso das decisões. Considerando essa afirmação, assinale a afirmativa correta.

a. Os recursos terão apenas o efeito suspensivo.

b. O Estatuto prevê três tipos de recursos: apelação, agravo e recurso inominado.

c. Os recursos terão apenas o efeito devolutivo.

d. É cabível revisão do processo disciplinar antes do trânsito em julgado da decisão.

e. É possível apresentar embargo de decisão não unânime do Conselho Federal, Seccional ou Subseção. ✓

Sua resposta está correta.

O Estatuto da Advocacia prevê um tipo geral e inominado de recurso contra a decisão de qualquer órgão, que terá o efeito devolutivo e suspensivo. Além do recurso comum, a Lei nº 8.906/1994 estabelece que é possível apresentar embargo de decisão não unânime do Conselho Federal, Seccional ou Subseção. Ainda, há previsão da possibilidade de revisão do processo disciplinar após o trânsito em julgado da decisão.

A resposta correta é: É possível apresentar embargo de decisão não unânime do Conselho Federal, Seccional ou Subseção.

Questão 5

Correto

Atingiu 2,00 de 2,00

O poder de punir qualquer advogado é exclusivo da OAB, conforme poder de polícia transferido do Estado ao referido órgão.

Sobre as normas do processo disciplinar, infrações e sanções, assinale a afirmativa correta.

a. A representação ofensiva à honra do advogado não caracteriza danos morais.

b. Não é admitida a reabilitação.

c. Cabe ao Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional competente julgar os processos disciplinares, instruídos pelas subseções ou pelos próprios relatores do conselho. ✓

d. O processo disciplinar pode ter início em qualquer Conselho Seccional ou Subseção, independentemente de onde o acusado tenha cometido a infração.

e. Cometer a infração na defesa de prerrogativa profissional é atenuante e reduz a pena em dois meses.

Sua resposta está correta.

Nos termos do artigo 70 do Estatuto da Advocacia (BRASIL, 1994), o processo disciplinar deve ser instaurado no Conselho Seccional em cuja base territorial a infração tiver ocorrido. Ainda, o parágrafo 1º estabelece que cabe ao Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional competente julgar os processos disciplinares, instruídos pelas subseções ou pelos próprios relatores do conselho, de forma que a representação ofensiva à honra do advogado pode gerar danos morais. Por fim, cometer infração na defesa de prerrogativa profissional é uma atenuante, mas a redução da pena será discricionária conforme entendimento do julgador. Além disso, sabe-se que a reabilitação é permitida, já que não existe sanção punitiva de caráter perpétuo.

A resposta correta é: Cabe ao Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional competente julgar os processos disciplinares, instruídos pelas subseções ou pelos próprios relatores do conselho.

Copyright © 2024 Faculdade Guerra